

Reforma tributária deve ter impactos positivos no emprego e renda a médio prazo<https://oportunidades.go.gov.br/category/relatorios/>

A primeira fase da reforma tributária brasileira foi aprovada na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado Federal com perspectiva de ser votada até novembro de 2023. A proposta tem como ponto central a simplificação de cinco impostos federais, estaduais e municipais em duas únicas taxas. Ponto de maior contenda na tramitação, a cesta básica deverá ficar isenta e uma Lei Complementar deve ampliar a lista de produtos que compõem a cesta posteriormente após um relatório da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) sugerir uma oneração de 59,83% no valor da cesta.

O texto aprovado também prevê redução de 60% na alíquota de remédios e medicamentos utilizados no tratamento de doenças graves, como câncer, serão zerados. Ainda assim, os preços não devem mudar muito devido ao regime tributário específico do segmento assim como pela lei dos genéricos. Apesar de todos estes destinos incertos, especialistas e economistas avaliam a reforma até agora positivamente. O economista Luiz Ongaratto vê o texto com bons olhos tanto no emprego quanto na renda por não afetar a cesta básica e por não impactar negativamente o Simples Nacional.

"A proposta enviada prevê uma simplificação de tributos, de sair dessa quantidade enorme que a gente tem pra apenas dois tributos. Isso promoverá um ambiente de negócios mais positivo e também uma simplificação na arrecadação traz mais arrecadação.", avalia.

Apesar disso, a reforma tem angariado fortes críticas de governadores de fora do Sudeste, pois a proposta acaba com a guerra fiscal, impedindo que Estados e municípios deem incentivos fiscais e isenções para atrair empresas e indústrias para o interior do Brasil. Além disso, com a unificação de tributos, eles temem perda na arrecadação. Ambas as preocupações são vistas como perdas de autonomia por parte das unidades federativas e um desrespeito ao pacto federativo.

Os gestores estaduais também criticam a falta de clareza das alíquotas, que serão regulamentadas posteriormente por meio de Leis Complementares. Ao ver dos críticos, é incoerente aprovar uma reforma sem saber com segurança quais os impactos que ela trará aos cofres públicos.

Ainda assim, Ongaratto espera a formação de um cenário construtivo. "A gente espera que vai trazer um ambiente muito positivo de negócios, que vai melhorar inclusive o risco Brasil e também a projeção de juros futuros, que são justamente o os que inibem ou incentivam o empreendedorismo no Brasil como um todo", relata. Quanto aos preços, o economista avalia que qualquer reajuste no curto prazo será compensando por efeitos positivos no longo prazo. "Talvez num curtíssimo prazo a gente tem alguma alteração de valores, mas a tendência é que isso melhore, inclusive pra todos. A gente não pode simplesmente pensar num curtíssimo prazo", diz.